

economia



**Visão
Empresarial**

Nathália Ceolin Vieira

Diretora de Eventos do Instituto Liberdade

Inovação em meio à instabilidade

Nesta semana, Porto Alegre se torna palco do South Summit Brazil, um dos principais eventos de inovação e empreendedorismo do País. O encontro reúne empresários, investidores e lideranças de diversas partes do mundo, criando um ambiente fértil para a troca de experiências e a formação de parcerias estratégicas. O evento evidencia uma característica marcante do Brasil: a capacidade de seus empreendedores de identificar problemas reais e construir soluções criativas, em um cenário político e econômico que poderia ser descrito como insalubre. Não faltam talento, iniciativa ou disposição para inovar.

O que falta, no entanto, não está no setor privado. Enquanto empresários se esforçam para manter suas operações eficientes e lucrativas, o ambiente institucional impõe obstáculos crescentes. A carga tributária se expande, a complexidade regulatória se intensifica e a previsibilidade se torna cada vez mais rara. A recente saída do ministro da Fazenda, após uma gestão marcada por sucessivos aumentos de tributos, ilustra uma lógica que persiste: diante de dificuldades fiscais, a resposta recorrente é ampliar a arrecadação, e não revisar a eficiência do gasto público. Segundo levantamentos recentes, houve, em média, a criação ou elevação de um tributo a cada 37 dias.

Em contraste, tive a oportunidade recente de participar de uma missão empresarial no Oriente Médio. Não faltam críticas aos regimes políticos dos países visitados, em sua maioria, autocracias com liberdades civis extremamente limitadas. Contudo, para atrair investimentos e diversificar o portfólio até então baseado na exploração de recursos escassos como óleo e gás, os governantes daqueles países entenderam que a prosperidade econômica exige estabilidade, previsibilidade e segurança jurídica.

Enquanto o Brasil discute inovação em seus palcos, ainda falta em oferecer as bases institucionais necessárias para que ela floresça de forma consistente. Ricos em todos os recursos naturais, os brasileiros não têm o mínimo: estabilidade política e segurança jurídica. Quando o ambiente de negócios se torna instável, o custo não é apenas financeiro, mas também estratégico. Investimentos deixam de acontecer, oportunidades são adiadas, o potencial empreendedor é desestimulado e os cérebros produtivos migram para regiões mais férteis.

Diante desse cenário, o ano eleitoral se apresenta não apenas como um rito democrático, mas como uma oportunidade concreta de redefinir prioridades. É o momento de exigir compromisso com estabilidade, responsabilidade fiscal e com instituições verdadeiramente alinhadas com os princípios republicanos. Cabe à sociedade escolher se continuará impondo obstáculos a quem produz ou se passará, enfim, a construir um ambiente onde inovar e empreender deixem de ser um exercício de resistência e passem a ser um caminho natural para o desenvolvimento.

A coluna Visão Empresarial é publicada neste espaço às quintas-feiras

Governo propõe subsídio de R\$ 1,20 por litro de diesel

Medida seria uma alternativa à negativa dos estados em zerar o ICMS

/ COMBUSTÍVEIS

A equipe econômica apresentou uma nova proposta aos estados para conter a alta do diesel após resistência dos governadores em zerar o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação do combustível, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

A alternativa, apresentada prevê uma subvenção de R\$ 1,20 por litro de diesel importado, dividida entre União e estados. Pelo modelo sugerido: R\$ 0,60 seriam pagos pelo governo federal, R\$ 0,60 ficariam a cargo dos estados. “Essa linha dá uma resposta mais rápida às consequências da guerra, o efeito é mais célere, e não exige uma renúncia fiscal de ICMS, podemos ter essa contraproposta, por meio de subvenções, com efeitos mais rápidos”, disse Durigan a jornalistas.

A proposta tem caráter emergencial e deve valer até 31 de maio. Segundo o Ministério da Fazenda, o impacto fiscal total estimado é R\$ 3 bilhões, R\$ 1,5



YURI CORTEZ/AFP/JC

Iniciativa tem caráter emergencial e deve vigorar até 31 de maio

bilhão por mês.

Na semana passada, a pasta tinha informado que o gasto seria de R\$ 3 bilhões mensais, totalizando R\$ 6 bilhões. No entanto, a Fazenda corrigiu a informação nesta terça.

O governo espera uma resposta dos estados até esta sexta-feira, durante reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), em São Paulo. Segundo Durigan, os ganhos de receitas dos estados produtores de

petróleo com a alta do combustível ajudará a compensar o impacto da subvenção.

A medida busca reduzir o impacto no preço final sem exigir renúncia direta de arrecadação por parte dos estados. A nova ajuda se soma a outra medida já anunciada pelo governo no último dia 12, que foi o subsídio de R\$ 0,32 por litro a produtores e importadores. Esse valor deve ser repassado ao consumidor final no preço do combustível.

Transportadores relatam falta do produto em postos

Francisco Conte

franciscoc@jcrs.com.br

As empresas de transporte de carga e logística do Rio Grande do Sul já sofrem com a escassez de óleo diesel para abastecer seus veículos. O presidente da Federação das Empresas de Logística e Transporte de Cargas no Rio Grande do Sul (Fetransul), Francisco Cardoso, afirma que tem recebido relatos de transportadores impactados pelo desabastecimento. “A falta de diesel em alguns pontos, especialmente em postos de “bandeira branca” e, ocasionalmente, em postos embandeirados, fazem com que o transportador fique aguardando pelo abastecimento, o que impede a realização do seu trabalho”, aponta.

Em meio à crise de desabastecimento e a elevação dos preços dos combustíveis, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou na edição extra do DOU da última sexta-feira (20), a portaria que reajusta o piso míni-

mo para o pagamento referente ao quilômetro rodado na realização do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas. O reajuste ocorre toda vez que a ANP registra uma variação de 5% nos preços dos combustíveis.

Desse modo, passa a vigorar o preço de mercado do combustível praticado na bomba dos postos de varejo: R\$ 7,35 por litro, referente à semana de 15/03 a 21/03 de 2026.

O valor representa uma variação acumulada de 6,67% em relação ao último reajuste da tabela de frete, publicado na Portaria SUROC nº 3/2026, quando o valor de referência adotado foi de R\$ 6,89 por litro. A nova tabela com os valores atualizados por tipo de carga e número de eixos estão disponíveis para acesso na portaria.

O presidente da Fetransul avalia que, embora a atualização dos valores seja necessária devido à alta do diesel, o foco principal deveria ser a revisão da regulação para corrigir falhas estruturais que

impactam a eficiência do transporte: “O piso é fixado de forma igual para todo o país”, diz ele. Mas Cardoso ressalta que os custos operacionais variam drasticamente. “O preço do combustível não é o mesmo em todo o Brasil e as condições das estradas onde se opera também influenciam nos custos, o que não é refletido na tabela única” explica.

A entidade divulgou um manifesto cujo conteúdo além de reforçar a importância do transporte de carga no RS, que é responsável por aproximadamente 85% da movimentação de mercadorias no Estado, também ressaltou que a entidade acompanha com atenção a implementação da Medida Provisória nº 1.343/2026, que trata do cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos de Frete. A nova sistemática amplia os mecanismos de controle e fiscalização, trazendo impactos relevantes para a dinâmica operacional do setor, especialmente nas operações que envolvem subcontratação.